

O FUTURO

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO - PCBR

LUTA PELO FIM DA 6X1 ENFRENTA CONCILIAÇÃO



Foto: Frantesco Fioravanco/Jornal O Futuro.

Devemos ter nitidez para observar aqui que o problema está longe de ser o calendário do Senado. Tampouco a questão se resume às figuras de parlamentares à direita que ora se enfrentam, ora trocam afagos com o governismo. Da captura de lideranças de lutas espontâneas à cooptação de lideranças sindicais pela dinâmica da luta parlamentar, que busca preservar a ordem burguesa, o que vemos é a priorização de táticas que não fomentam a luta política dos trabalhadores nem a elevação da consciência política das massas. E, vindo de onde vem, nem poderíamos esperar algo diferente disso. **pág 5**

O DESAFIO A INDEPENDÊNCIA DE CLASSE NO GRITO DOS EXCLUÍDOS

O grande perigo enfrentado pelos trabalhadores neste Grito dos Excluídos, no entanto, está muito além das bandeiras vagas. Está no fato de que, sendo feito no meio de uma campanha eleitoral, as mobilizações serão feitas de palanque eleitoral para uma diversidade de partidos

e organizações políticas que aproveitarão essa data para apresentarem seus apoios à Frente Ampla e à conciliação de classes, se utilizando de todas essas bandeiras, com as quais, inclusive, não têm nenhum compromisso, para defenderem os votos em suas candidaturas. **pág 3**

O que é O Que Fazer? hoje? **pág 6**



DIPLOMACIA LIBERAL:

Lula, Trump e Milei e o fracasso de organismos multilaterais e da conciliação. **pág 4**

PRIVATIZAÇÃO EM SP:

Tarcísio legitima concessão e ferroviários ficam sem garantias de realocação. **pág 8**

PARALISAÇÃO HISTÓRICA:

Bancários realizam paralisação em todo país após década sem greve. **pág 10**

DIA DO ESTUDANTE:

Esvaziamento do 11 de agosto demonstra descolamento das lutas nas bases. **pág 11**

Editorial

Construir o jornal, construir o Partido, construir o futuro!

O *Jornal O Futuro* completa dois anos com esta edição de setembro, em que reafirmamos a concepção que orientou sua fundação: *a imprensa comunista é parte constitutiva da organização revolucionária do proletariado*. Sua produção e circulação incidem sobre a formação política da classe e a capacidade de intervenção dos comunistas. O exercício de avaliação do caminho percorrido não é um mero reconhecimento das conquistas partidárias; ao contrário, é rediscutir nossas bases e reavaliar o trabalho que fizemos até aqui.

Erguer e sustentar um jornal impresso, nacional e mensal, foi uma das primeiras grandes tarefas assumidas após o XVII Congresso Extraordinário do Partido Comunista. Sua continuidade materializa o esforço de retomada da reconstrução revolucionária, iniciado com a circulação das tribunas preparatórias ao congresso e hoje conduzido pelo Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) a partir da organização da polêmica pública por meio da imprensa partidária. O trabalho de redação, edição e distribuição mobilizou camaradas pelo país, constituindo vínculos entre a organização e seus leitores. É dessa dedicação coletiva que provém a força material de uma imprensa independente da burguesia.

A necessidade dessa imprensa se impõe pelas próprias condições da luta de classes. O domínio burguês se reproduz também na capacidade de apresentar os interesses dos proprietários como necessidades de toda a sociedade, por meio de uma imprensa que naturaliza a exploração, subordina os conflitos ao calendário institucional e procura circunscrever as aspirações populares aos limites da ordem capitalista. A independência política dos trabalhadores exige meios próprios para interpretar a realidade, confrontar as concepções dominantes e formular seus objetivos. É nesse terreno que *O Futuro* trava sua luta, e também reconhece seus limites.

Por isso, *discutir o jornal é discutir o partido*. A condição de vanguarda se conquista na capacidade de compreender o movimento da sociedade, reconhecer suas contradições e organizar a intervenção do proletariado sobre elas. Essa capacidade pressupõe a formação de quadros, a elaboração de uma orientação comum e sua apropriação pelo conjunto da militância. Como *Órgão Central*, que é parte especializada da direção partidária, o jornal participa dessa construção: reúne experiên-



Foto: Franthesco Fioravanzo/Jornal O Futuro.

cias, desenvolve análises e contribui para que a organização atue com unidade de concepção e de ação.

Em *Uma questão urgente*, Lênin afirmava: “Somente a criação de um órgão central do Partido pode dar a cada ‘agente parcial’ da causa revolucionária o sentimento de marchar ‘nas fileiras’”. A formulação exprime uma necessidade que conserva sua atualidade: cada tarefa particular deve encontrar seu sentido no movimento do conjunto. O trabalho de uma organização local, a intervenção numa categoria e a denúncia de uma violência precisam ser relacionados à luta política de toda a classe, nacional e internacionalmente. O jornal constitui um dos meios pelos quais essa relação se torna consciente, regular e organizada.

A centralização da imprensa tem, assim, um conteúdo político: elaborar uma compreensão comum da luta de classes, capaz de orientar a atividade dos comunistas nas condições particulares em que atuam. A passagem da reivindicação imediata à luta pelo poder exige que se revelem as relações entre exploração econômica, dominação política e reprodução da ordem burguesa. A agitação e a propaganda devem contribuir para esse desenvolvimento da consciência, articulando a experiência cotidiana dos trabalhadores ao programa da revolução socialista. É nessa articulação que o jornal cumpre sua função de organizador coletivo.

A luta pela hegemonia proletária atravessa todo esse esforço. Trata-se de desenvolver a capacidade de nossa classe de dirigir po-

liticamente as demais camadas de explorados e oprimidos, afirmando seus interesses próprios e demonstrando seu alcance emancipador. Isso exige combater as influências burguesas no movimento operário, enfrentar a conciliação de classes e disputar os rumos das lutas. A imprensa comunista deve intervir nesse confronto com firmeza teórica, tornando compreensíveis as diferenças entre os projetos políticos e as consequências práticas de cada orientação.

Na *Declaração da Redação do Iskra*, Lênin advertia: “Antes de podermos nos unir, e para que possamos nos unir, devemos, antes de tudo, traçar linhas de demarcação firmes e precisas. Caso contrário, nossa unidade será puramente fictícia; ela ocultará a confusão existente e impedirá sua eliminação radical”. A unidade revolucionária requer essa disposição para o esclarecimento. Reafirmar o marxismo-leninismo significa submeter os acontecimentos e nossas próprias formulações à investigação rigorosa, desenvolver a polêmica necessária e consolidar convicções capazes de orientar a ação. A coesão ideológica se constrói nesse trabalho permanente.

A experiência desses dois anos impõe desenvolver a capacidade de distinguir o essencial do secundário e formular as tarefas de cada conjuntura. As mudanças que apresentamos aprofundam a elaboração coletiva, fortalecendo o jornal como espaço de síntese e de direção política.

É nesse sentido que se coloca uma necessária reorganização do *Jornal O Futuro*: superadas as divi-

sões que mais se assemelhavam à distribuição burguesa de recortes temáticos, dividimos agora em Política, Movimento Operário, Internacional, Luta Teórica e Cadernos da Juventude, seções que compõem uma disposição voltada à articulação de nossas prioridades. Cada seção deve ser compreendida como parte de uma elaboração comum, em que os problemas particulares são examinados em sua relação com a totalidade da luta de classes. A política nacional, os conflitos entre capital e trabalho, a ação do imperialismo e a organização da juventude exigem uma perspectiva capaz de reconhecer suas conexões. As mudanças expressam o compromisso com uma direção ideológica coesa e com a responsabilidade coletiva por seu desenvolvimento.

Esse compromisso exige elevar a qualidade de nossa imprensa. A apuração dos fatos, a precisão das informações e o domínio dos recursos de linguagem são condições para uma análise consequente. A crítica marxista se fortalece ao demonstrar, nas relações concretas, aquilo que a aparência dos acontecimentos encobre e pode pôr até os mais ativos militantes a reboque de outras classes sociais. Do vínculo entre uma imprensa leninista com a luta econômica, política e teórica partem nossas denúncias e formulações, submetendo a experiência ao estudo e devolvendo-a à classe como instrumento de compreensão e de organização.

Nos meios digitais e no desenvolvimento de outras linguagens, buscaremos ampliar essa atividade, preservando a unidade de sua orientação. **O impresso mantém seu papel no contato direto com os trabalhadores:** cada exemplar pode abrir uma discussão, estabelecer um vínculo e incorporar novas forças à organização.

Celebramos estes dois anos conscientes da responsabilidade que assumimos perante nossa classe. A cada camarada, leitor e apoiador que sustenta *O Futuro*, dirigimos o reconhecimento de uma conquista comum e o chamado a desenvolvê-la. A imprensa de que precisamos deve estar à altura da luta pela independência política do proletariado e de sua preparação para conquistar o poder. Esse é o critério que orienta nossas mudanças e dá sentido à continuidade de nosso trabalho. Construir *O Futuro* é participar da construção do partido revolucionário e das condições para que a classe trabalhadora tome em suas mãos a direção de seu destino.



EDITORA-CHEFE:
Stella Aragão

CHEFE DE REDAÇÃO:
Gustavo Pedro

**PROJETO GRÁFICO
E DIAGRAMAÇÃO:**
Ana Vieira

**CONSELHO
EDITORIAL:**
Ana Vieira, Gabriel
Lazzari, Gustavo
Pedro, Jaqueline
Tavares, Ju Sieg,
Machado, Stella
Aragão.

Leia também pela internet e acesse nossas redes:
jornalofuturo.com.br



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional

Assine em apoia.se/jornalofuturo e receba o jornal em sua casa!

Política

O grito, o palanque e as bandeiras: Independência para quem?

O Grito dos Excluídos coloca aos comunistas o desafio de atuar nas lutas populares sem perder de vista a construção da independência política e da organização da classe trabalhadora



Grito dos Excluídos em 2024, no Rio de Janeiro (RJ). Foto: Jornal O Futuro

O Grito dos Excluídos é um conjunto de manifestações populares realizadas anualmente no Brasil desde 1995, sempre no 7 de setembro, Dia da Independência. A data foi escolhida deliberadamente como contraponto crítico às comemorações oficiais: enquanto o Estado celebra a “independência” do país, o movimento pergunta “independência para quem?”, denunciando que grande parte da população — pobres, trabalhadores, povos do campo e da cidade — segue excluída dos direitos e frutos dessa suposta emancipação nacional.

Para os movimentos populares, o Grito dos Excluídos representa um dos espaços tradicionais de mobilização e denúncia social do país, mas guarda limites bastante evidentes. Seu vínculo com os setores religiosos “de esquerda”, além da hegemonia reformista nas suas construções, fazem com que as mobilizações tenham um caráter difusamente popular e com bandeiras muitas vezes questionáveis.

Ainda assim, os comunistas têm participado ativamente da mobilização em torno do Grito há décadas. É mais uma oportunidade para incidir no movimento operário e popular com uma posição de classe bem definida e buscando apresentar ao conjunto do movimento as vitórias que podemos conquistar se direcionarmos nossas energias para a construção do movimento com um caráter de classe. A pergunta, então, não é se os comunistas devem participar desses espaços, mas como os comunistas devem participar e promover sua agitação.

O mote do Grito em 2026 é “Na defesa da Terra, da Paz e da Moradia, erguemos a voz: Mulheres Vivas e Soberania!”. Essa junção de diversas pautas vem da necessidade de unificar nesse dia uma série de movimentos populares para engrossar o caldo da mobilização e levantar bandeiras que organizem os movimentos para a luta. No entanto, sem um claro caráter proletário e revolucionário, essas bandeiras difusas, por si só, não podem levar a resultados claros e se desperdiçam as forças da mobilização, em vez de se alinharem para que o Grito sirva de impulsionador à auto-organização da classe e à perspectiva de avançar para além da “inclusão dos excluídos” no capitalismo.

Temos enfatizado muito o papel auxiliar dos movimentos populares na luta contra o capitalismo. O papel do Partido Comunista é o de incidir sobre esses movimentos a partir de sua força na classe trabalhadora organizada, mas isso não é algo simples. Pautas e bandeiras vagas surgem no seio das camadas exploradas e oprimidas como soluções imediatistas pelas próprias condições da vida no capitalismo. Essa incidência dos comunistas deve, portanto, se basear em uma compreensão científica da sociedade, que aponte os rumos não de qualquer “vitória concreta”, mas de um programa que demarque os interesses dos trabalhadores. No Grito dos Excluídos, por seu caráter difusamente popular, esse trabalho é ainda mais desafiador.

Quando vemos a “Defesa da Terra” e “da Moradia” no mote do

Grito deste ano, sabemos que a imensa maioria da “esquerda” brasileira vai defender, no máximo, os preceitos constitucionais da “função social da propriedade” e uma reforma agrária do latifúndio produtivo, além da construção de moradia popular por meio de consórcios com grandes empreiteiras. Os comunistas participarão do Grito levando outra perspectiva: a de que apenas a nacionalização total das terras, rurais e urbanas, pode unificar as lutas do campo e da cidade em torno de uma verdadeira planificação do uso das terras — tanto para moradia, quanto para produção agropecuária.

Quando vemos a defesa “da Paz” e “pela soberania”, corremos o risco de repetir um ingênuo discurso pacifista, sem levá-lo às conclusões finais. Não existirá “paz” ou “soberania” enquanto houver capitalismo, no Brasil e no mundo, porque as guerras e as intervenções estrangeiras são parte da dinâmica do capitalismo em sua fase imperialista: são elementos do modo de produção capitalista. Particularmente desde as últimas ameaças do imperialismo norte-americano, as forças reformistas falam em soberania como “altivez diplomática”. No entanto, não tocam no fundamento econômico de nossa “falta de soberania”: na etapa imperialista do capitalismo em que vivemos, os laços entre as nações capitalistas se dão por uma multiplicidade de conexões para exportação e importação de capital. Essa base econômica implica necessariamente uma ordenação política entre as classes

dominantes dos diferentes países. Enquanto na base do movimento dos trabalhadores, uma infinidade de reformistas defende que Lula é um “cordão sanitário” contra a intervenção norte-americana na política brasileira, o próprio Lula diz que é “amigo” de Trump e que seu encontro no começo deste ano “foi amor à primeira vista”.

Quando vemos a defesa das “Mulheres Vivas”, qual é a solução proposta? O populismo penal, abraçado pela extrema-direita e pelo reformismo, só reproduz a lógica de criminalização via encarceramento em massa e aumento dos tipos penais. Sabemos que os alvos dessas medidas, assim como de toda a legislação de “combate ao machismo”, não são os grandes capitalistas que pagam salários menores para as trabalhadoras. Borrar as fronteiras inseparáveis que há entre mulheres trabalhadoras e capitalistas com uma bandeira vaga só abre espaço para uma representatividade ingênua, que vê em empresárias e políticas burguesas os “grandes avanços” para a luta das mulheres. A luta pela vida das mulheres não é uma luta em abstrato “contra a violência”, mas de tratar as pautas concretas: a legalização do aborto é uma das pautas urgentes, que não pode ser abandonada pelas pressões eleitorais, inclusive pela própria esquerda.

O grande perigo enfrentado pelos trabalhadores neste Grito dos Excluídos, no entanto, está muito além das bandeiras vagas. Está no fato de que, sendo feitas no meio de uma campanha eleitoral, as mobilizações serão feitas de palanque eleitoral para uma diversidade de partidos e organizações políticas que aproveitarão essa data para apresentarem seus apoios à Frente Ampla e à conciliação de classes, se utilizando de todas essas bandeiras, com as quais, inclusive, não têm nenhum compromisso, para defenderem os votos em suas candidaturas. Não podemos dar nenhum apoio ao governo que tentou privatizar rios no Pará enquanto fala em “Defesa da Terra”; que se recusou a romper laços diplomáticos com Israel, mas que fala em “Defesa da Paz”; que apoia acordos como o acordo União Europeia-Mercosul e que fala em “Soberania”; que não amplia os serviços que ofertam aborto gratuito e seguro e, ao mesmo tempo, fala em “Mulheres Vivas”.

É tarefa dos comunistas denunciar todas essas perspectivas que desarmam a classe trabalhadora — não será por meio do voto que mudaremos a situação de miséria material, confusão ideológica e fragmentação organizativa da classe trabalhadora, mas através da luta de massas com bandeiras que representem seus interesses. A única forma de fazer um enfrentamento verdadeiro ao grande capital é se livrando das amarras ideológicas e políticas que ele nos impõe, inclusive por meio de governos social-liberais e dos candidatos que os apoiam nessas eleições.

Internacional

Tensões diplomáticas entre Brasil, Argentina e EUA expõem os limites da diplomacia liberal

A revogação do visto da embaixadora brasileira Maria Luiza Viotti, as sanções comerciais impostas pelo governo Trump e as provocações de Javier Milei expõem o fracasso de organismos multilaterais e da conciliação

O início de agosto foi marcado por uma série de rusgas diplomáticas do Brasil com a Argentina e, principalmente, com os Estados Unidos. A revogação do visto da embaixadora brasileira Maria Luiza Viotti, as sanções comerciais impostas pelo Governo Trump e as provocações de Javier Milei expõem a postura e os laços internacionais da extrema-direita. Esses episódios demonstram que, com a crise da hegemonia do capital imperialista norte-americano e o acirramento da disputa interimperialista por rotas comerciais, matérias-primas e zonas de influência, a aposta na conciliação e em organismos multilaterais falidos só atrasa a superação da crise internacional do capitalismo.

Antes, no dia 25 de julho, Javier Milei esteve no Brasil em encontro com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e o prefeito da capital paulista, Ricardo Nunes (MDB). O presidente argentino foi recebido com uma série de honrarias. Em evento do PL, Milei proferiu uma série de ofensas ao presidente Lula, levando o Itamaraty a rebaixar as relações diplomáticas estabelecidas com a Argentina. Em contrapartida, no dia 6 de agosto, Flávio Bolsonaro esteve no país vizinho. As recíprocas visitas demonstram um processo de aproximação da extrema-direita dos dois países, junto com a agitação de uma subordinação aberta em relação aos interesses do capital estadunidense, levando ao desgaste das relações diplomáticas entre o Brasil e um dos seus maiores parceiros comerciais.

Mas esse não foi o problema mais grave enfrentado nas relações internacionais do Governo Lula nesse período; tivemos também uma série de desgastes entre o Itamaraty e a diplomacia do Governo Trump. O conflito, nesse momento, ocorreu em torno de duas questões principais: a alocação dos diplomatas de cada nação nas embaixadas um do outro, e a regulação das taxas comerciais que têm sido razão de atrito há meses. Esses movimentos carregam consigo, em sua base, interesses relativos à reestruturação de poder global dos EUA e, particularmente na ofensiva contra o Brasil, a regulação das *big techs* estadunidenses, a disputa pelo monopólio das terras raras brasileiras e pelo controle do mercado de meios de pagamento no Brasil.

O governo brasileiro frente à ofensiva estadunidense

Desde sua eleição, Trump ainda não havia nomeado um diplomata para assumir o posto na Embaixada dos Estados Unidos, em Brasília. No dia



Presidente Lula em encontro com Donald Trump, presidente dos EUA, na Malásia, em outubro de 2025. Lula buscou, em diversos momentos, assumir tons de mediação e concessão na relação com Trump, com disposição, inclusive, a leiloar o acesso às terras raras brasileiras como parte da negociação. Foto: Ricardo Stuckert/PR/Reprodução

1º de junho, Trump nomeou Daniel Perez. A tradição diplomática afirma que a nomeação de um embaixador deve ser aceita pelo país que irá recebê-lo antes que o nome seja anunciado publicamente, de forma que o anúncio sem esse crivo é uma quebra dos ritos normais. Nesse ponto, o governo brasileiro afirma que não foi consultado, enquanto a Casa Branca afirma que tem tentado contatar o Itamaraty incessantemente sobre esse tópico, mas não tem obtido resposta, como indica a reportagem do G1.

Em resposta a esse cenário de teatro diplomático, os Estados Unidos ainda revogaram o visto da atual embaixadora do Brasil em seu território, Maria Luiza Viotti, em apenas mais uma movimentação de várias que retiraram vistos de figuras proeminentes ligadas ao governo brasileiro e que são acusadas de perseguir politicamente Jair Bolsonaro – evidenciando mais uma vez os estreitos laços entre o governo de extrema-direita dos EUA e a brasileira.

Não bastasse esse episódio, seguem-se os desgastes entre as duas nações referentes às taxas comerciais impostas por Trump ao Brasil. No final de julho ainda, o Brasil recorreu à OMC, em mais uma tentativa de denunciar e reverter o tarifaço imposto pelos Estados Unidos ao comércio internacional brasileiro. A ação do governo brasileiro em recorrer à OMC semeia a ilusão da esperança em um sistema multilateral e “democrático” que tem se mostrado cada vez mais falido. Se as instituições multilaterais e o sistema de relações diplomáticas em torno da ONU sempre foram parciais e li-

mitados, agora elas têm caminhado a passos largos para a obsolescência.

Esse paradigma liberal de democracia e liberdade sempre foi seletivo e insuficiente. Os clamores pela paz não impediram a existência de uma série de conflitos pró-interesses dos Estados Unidos, como a Guerra do Iraque, o conflito na Ucrânia e o massacre do povo palestino. Os mecanismos de mediação desse complexo de instituições internacionais nunca foram neutros, mas havia ainda algum nível de relevância política sob o cenário de hegemonia incontestável dos EUA.

Desde a eleição do primeiro Governo Trump, resultado da crise nos Estados Unidos e da sua gradativa perda de hegemonia econômica global, a relevância dessas instituições multilaterais têm decaído, também porque seu principal fundador e interessado as tem delegado a segundo plano. No governo Trump II, o abandono do diálogo, da reciprocidade e da busca por boas relações ocorreu junto ao aumento de políticas tarifárias abusivas, intervenções explícitas na política externa e um tom cada vez mais belicista.

Cabe apontar, porém, que essa intensificação do caráter explicitamente violento da política externa norte-americana não é novidade, mas apenas um aprofundamento de um intervencionismo e de uma política externa que já estavam antes presentes. Agora, com a pressão da crise econômica sobre a maior potência capitalista, o aumento das disputas internacionais por mercado e a ascensão da China como uma nova grande potência imperialista, a

diplomacia deve dar cada vez mais espaço ao conflito direto.

A própria política internacional do Governo Lula aprofunda as ilusões no entorno do problema e acaba por considerar os atuais desgastes como um mero desvio de rota, causado por uma beligerância atribuída apenas a Trump. A nítida aposta é aguardar que os eleitores estadunidenses “possam fazer uma escolha” que diminua os problemas dos brasileiros, vista a intransigência diplomática de Trump e Rubio. É fato, porém, que apesar dos ataques que têm sido proferidos a tempos por Trump, Lula buscou, em diversos momentos, assumir tons de mediação e concessão, com disposição, inclusive, a leiloar o acesso às terras raras brasileiras como parte da negociação.

Há quem possa argumentar que não só essa postura aberta ao diálogo é típica da tradição diplomática liberal do Brasil, como também o Governo Lula não teria opções mediante a inegável incapacidade do país, hoje, de bater de frente comercial e militarmente com os Estados Unidos. Mesmo sendo as duas afirmações verdadeiras, é importante ressaltar como essa fraqueza do Brasil tem sido alimentada pelas próprias escolhas do Governo Lula, com o constante desmonte e privatização de setores estratégicos da economia brasileira.

Esse erro de leitura da situação internacional e o do verdadeiro problema do Governo Trump deriva das bases políticas do próprio petismo: a confiança na democracia burguesa, a nível nacional e internacional; a crítica à políticas de extrema-direita apenas nos termos nos quais essa rompe com – o republicanismo democrático-burguês; a condução das disputas polêmicas “a frio”, com o desmonte das mobilizações de base; e uma subestimação da luta de classes como fator político fundamental.

A manutenção das relações de dependência, reforçadas pela política social-liberal do Governo Lula, que mantém o país com condições muito limitadas para o desenvolvimento de uma verdadeira soberania, mantém o país de joelhos frente aos interesses dos capitais estrangeiros, sejam os de origem estadunidense ou chinesa. Sem o rompimento com as relações de dependência, que só podem se dar através de uma estratégia socialista, o que se segue é a manutenção da política de submissão aos interesses dos países centrais: privatização e concessão dos setores estratégicos da produção, desmonte do programa nuclear brasileiro e outras inúmeras políticas que tornam qualquer enfrentamento real muito difícil.

Política

Luta pelo fim da 6x1 enfrenta o “calendário” do Senado

O cálculo político realizado por Alcolumbre, que agora se acerta com Lula, é extremamente benéfico para que senadores contrários à proposição se sintam muito melhor colocados para votar contra o fim da 6x1

A reaproximação entre Lula (PT) e Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) expôs novamente os bastidores da tática governista para dar consequência à luta pelo fim da escala 6x1. Em jantar realizado no dia 6 de agosto, os dois retomaram o diálogo depois de meses de desgastes envolvendo temas como a disputa da indicação de um novo ministro ao Supremo Tribunal Federal (STF), na vaga aberta pela aposentadoria de Roberto Barroso, e a pressão de Alcolumbre pela liberação da exploração de petróleo na Foz do Amazonas, no Amapá, seu estado de origem.

A pauta do fim da 6x1 apareceu nessa conversa, mas, segundo fontes da imprensa burguesa, teria sido tratada de forma lateral, frente aos interesses das duas partes no “apaziguamento” das relações para o fechamento de acordos visando às eleições burguesas deste ano e a eleição da presidência do Senado, a ser realizada em fevereiro de 2027.

Desde a aprovação da PEC 221/2019 na Câmara, em 27 de maio, Alcolumbre veio utilizando sua posição à frente do Senado para retardar o avanço da matéria. Em julho, já havia sinalizado que a votação poderia ficar para depois das eleições de outubro, justificando que o tema deveria ser tratado em ambiente “menos contaminado pela disputa eleitoral”.

A tática da “luta” parlamentar orientada pelos governistas já começa a render frutos a Alcolumbre, bem como a Hugo Motta (Republicanos-PB). Ambos estavam há poucos meses sendo apontados pela base governista como comandantes de um “Congresso inimigo do povo”, mas neste 28 de agosto receberam o apoio de Lula à reeleição na presidência das casas que comandam atualmente. O esfriamento das ruas e a reaproximação do governo com os chefes do balcão de negócios parlamentar envolve, além dos elementos já citados, o apoio governista à exploração do petróleo no Amapá de Alcolumbre e às candidaturas ligadas aos presidentes das casas legislativas em seus Estados, além da revogação da “taxa das blusinhas” e do andamento em comissões dos textos das PEC da segurança pública e do fim da 6x1.

O pé no freio das discussões, operado por Alcolumbre, dissipou mais uma parte da pressão ainda existente no tema, que em maio empurrou a votação esmagadora de mais de 460 votos favoráveis em ambos os turnos. Se na votação da Câmara a tática burguesa havia rendido um rebaixamento da pauta, com a redução da jornada em 40h e o estabelecimento de uma transição mais lenta, adaptada às exigências do empresariado, a negociação no Senado pode ter impactos mais variados, a depender da concretização ou não dos acordos nos temas envolvidos.



Lula se apoia no Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e no Presidente da Câmara dos deputados, Hugo Motta no Palácio do Planalto. Foto: Ricardo Stuckert.

Mas e o andamento da PEC do fim da 6x1?

A pauta, que mobilizou trabalhadores em todo o país, passa a depender não da força material que havia mobilizado ao ganhar espontaneamente tração de massas, particularmente entre os anos de 2024 e 2025, mas de acordos de gabinete em meio ao calendário eleitoral burguês. Se a sua aprovação na Câmara foi, sem dúvidas, uma importante conquista, a aceitação governista dos termos de negociação parlamentar cedeu a força da pauta a quem atravancou o seu caminho e a seguiu até as vésperas da eleição burguesa.

Atualmente, após ser liberada para avaliação por Alcolumbre, a pauta se encontra na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O relator escolhido, o senador Omar Aziz (PSD-AM), um aliado de Lula, declarou ter a intenção de acelerar a votação e apresentou um relatório que preserva o texto da Câmara que reduz a jornada semanal para 40 horas, obedecendo a um regime de transição em que após 60 dias as atuais 44h caem para 42h e, passado

mais um ano, a jornada é efetivamente reduzida para 40 horas semanais na escala 5x2, sem redução de salário.

A despeito do ímpeto do senador da base aliada de Lula ser positivo e seu relatório acerca da PEC, que recomenda voto favorável, estar previsto para ser avaliado no dia 2 de setembro na CCJ, o calendário de funcionamento do Congresso deverá colocar um entrave perigoso à tramitação e aprovação da proposta. Por conta do período eleitoral, o presidente do Senado já anunciou, em meados de agosto, que entre os dias 31 de agosto e 4 de setembro seria realizada uma “semana de esforço concentrado” para análise de temas em curso. Após esse período, os parlamentares passariam a focar em suas agendas de campanha, com raras e esvaziadas sessões presenciais até o final do 1º turno, em 4 de outubro. Fazendo uma conta simples, podemos verificar que sobriariam apenas dois dias para que o tema seja pautado em plenário para a votação derradeira.

Longe de essa janela de possibilidade ter sido conformada ao aca-

so, o que vemos aqui é um cálculo político, realizado por Alcolumbre, extremamente benéfico para que senadores contrários à proposição se sintam muito melhor colocados para votarem contra a proposta. A pressão das urnas que pairava sobre os deputados na primeira votação se dissipará, em benefício exclusivo dos senadores, com a virada do primeiro para o segundo turno das eleições. Nesse momento estarão ainda sob a ameaça de perda do voto popular apenas os candidatos a governadores e presidentes que não atinjam mais de 50% dos votos em primeiro turno.

Duas táticas e um caminho

Devemos ter nitidez para observar aqui que o problema está longe de ser o calendário do Senado. Tampouco a questão se resume às figuras de parlamentares à direita que ora se enfrentam, ora trocam afagos com o governismo. Da captura de lideranças de lutas espontâneas à cooptação de lideranças sindicais pela dinâmica da luta parlamentar, que busca preservar a ordem burguesa, o que vemos é a priorização de táticas que não fomentam a luta política dos trabalhadores nem a elevação da consciência política das massas. E, vindo de onde vem, nem poderíamos esperar algo diferente disso.

A tática governista, em realidade, entrega o fomento ao oportunismo e ao cretinismo parlamentar para aplacar uma demanda com força material para alterar a correlação de forças entre as classes. A tática da luta de massas, que devemos admitir ter perdido força no último ano na construção da pauta, contudo, não está esgotada. Mesmo que puxadas às pressas, quaisquer iniciativas de construção unitária, seja a partir dos locais de trabalho ou de manifestações de rua, que busquem fortalecer a luta pelo fim imediato da escala 6x1, são importantes e devem ter redobrada atenção dos revolucionários. A tentativa de arrastar ainda mais o calendário desta conquista, ainda que seja muito parcial, deve ser derrotada.

O caminho da nossa luta não pode prescindir da denúncia das lideranças que atravancam as lutas da classe trabalhadora em nome de interesses particulares ou de uma classe que não é a nossa. Às negociações de cúpula que rebaixaram a pauta, devemos contrapor uma organização mais firme no entorno das pautas da redução em 30 horas semanais na escala 4x3. O que está em disputa é quem terá força para determinar como o tempo de trabalho será organizado: os trabalhadores ou o capital. A luta de massas não se encerra nessa vitória que devemos arrancar, mas também não pode prescindir dela.

Luta Teórica

O que é O Que Fazer? hoje?

Mais de um século depois de sua publicação, qual o significado do livro *O Que Fazer?* Questões candentes do nosso movimento, brochura publicada por V. I. Lênin na Rússia em 1902?

Por Stella

O Conselho Editorial do Órgão Central do PCBR escolheu a brochura *O que fazer? Questões candentes de nosso movimento*, de V.I. Lênin, para iniciar um trabalho de publicação de literatura marxista-leninista, visando munir trabalhadores e militantes brasileiros com o conhecimento dos maiores avanços teóricos da história de nosso movimento em todo o mundo.

Publicada em preparação para o II Congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo, a brochura apresenta os pilares da teoria leninista da revolução, que estabelecerá as bases ideológicas para a organização do partido bolchevique, partido de vanguarda da revolução socialista na Rússia, e inspiração de todos os Partidos Comunistas subsequentes.

A nova edição, publicada pelo Selo Em Defesa do Comunismo sob a direção do Conselho Editorial do PCBR, conta com um prefácio robusto do Secretário-Geral, Gabriel Lazzari, introduzindo a leitura dos comunistas sobre esta obra fundamental da tradição revolucionária, e será vendida por todo o Brasil por um preço acessível. A reedição da obra servirá simultaneamente à divulgação mais ampla da teoria revolucionária como também para garantir a independência financeira de nosso Partido, que não recebe um centavo da burguesia para sustentar suas atividades.

A gravura que estampa a capa do livro foi feita pela camarada Ana Vieira, ilustrando o projeto da Torre de Tatlin, Monumento à Terceira Internacional projetado por Vladimir Tatlin entre 1919 e 1920 para estar a serviço do Estado Socialista, comandado pelo proletariado após alguns anos da Revolução de Outubro de 1917. O monumento, que nunca saiu do papel, era uma forma de romper com a ideia de monumentos meramente heroicos, projetados para a construção de figuras individuais, dando lugar a monumentos que pudessem, de fato, construir o futuro que estava por vir. O monumento remete à analogia com a construção civil que Lênin faz ao apresentar o jornal como andaime para estruturar a construção que seria o Partido revolucionário e a consciência de classe.

Em *O Que Fazer?*, Lênin apresenta uma concepção científica dos processos revolucionários e aponta como estruturar, na Rússia de 1902, uma organização política capaz de unificar a classe trabalhadora e dirigi-la para a tomada do poder político contra a brutal tirania dos tsares, monarcas absolutistas da Rússia. Ao mesmo tempo, combatia as tendências liberais do movimento operário russo, que, com a desculpa de que o marxismo precisava de uma “atu-

alização” (“contra o dogmatismo” e apelando à “liberdade de crítica”), abandonavam os princípios fundamentais do comunismo.

Mesmo 120 anos após sua publicação, avaliamos que a brochura segue contendo lições fundamentais para a luta revolucionária. Longe de se tratar de dogmatismo, aprender as lições das experiências revolucionárias do passado a manter com rigor e ortodoxia os princípios ideológicos do marxismo-leninismo é, para nós, parte fundamental da atividade diária dos comunistas e a única forma de desenvolver nas massas a consciência revolucionária e direcionar num sentido revolucionário a luta de classes do proletariado.

Por isso, rejeitamos enfaticamente todas as posições que reduzem a importância da teoria revolucionária, seja sob o pretexto de que estaria “desatualizada”, seja pela noção de que a ação imediata teria mais importância do que qualquer objetivo de longo prazo. Reiteramos a máxima de Lênin: “sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário”, o que representa não uma subestimação da importância do movimento e da ação prática, mas a necessidade de jamais ignorar o horizonte de longo prazo do proletariado – a revolução e a construção do socialismo –, em nome da ação imediata do movimento, limitando-a ao que é “possível agora”.

Sem se limitar a apenas reafirmar a importância da teoria, Lênin apresenta uma proposta de como construir uma organização revolucionária capaz de transformá-la em ferramenta de orientação do movimento e de elevação da consciência das massas – o Partido Comunista, destacamento de vanguarda da classe trabalhadora.

Para orientar a construção dessa organização, Lênin entra em uma polêmica contra tendências chamadas de “economicistas”, que pregavam que a construção do movimento revolucionário deveria priorizar as lutas espontâneas dos trabalhadores, em cada fábrica, por melhores condições de vida (luta econômica), afastando dos trabalhadores a luta por democracia, contra as opressões de outras camadas da população e pela conquista do poder em todo o país (luta política), que, segundo estas tendências, dispersaria as forças dos trabalhadores e afastaria os interessados no movimento.

Lênin demonstrou que essas tendências deixam os tra-

balhadores à mercê das ideologias dominantes e restritos apenas a suas próprias lutas locais, sem conseguir dirigir um amplo movimento de oposição à ordem capaz de atrair as demais camadas oprimidas e apresentar uma alternativa de poder político, condição necessária para elevar a unidade e consciência do movimento revolucionário.

Contra estas ideias, Lênin defende que o movimento deve articular todas as formas de luta de classes (política, econômica e ideológica) num mesmo sentido revolucionário, o que só pode ser realizado por um Partido Comunista que, unindo os elementos de vanguarda da classe trabalhadora, seja capaz de, em todas as circunstâncias, realizar o trabalho de elevação do grau de organização e consciência da classe, utilizando cada luta espontânea como oportunidade para canalizar o descontentamento num mesmo sentido de ruptura contra a ordem capitalista e para a organização do poder revolucionário do proletariado.

Logo, o desenvolvimento teórico empreendido por Lênin em *O Que Fazer?* não rejeita as lutas parciais por reformas econômicas dos trabalhadores, mas sim orienta a sua subordinação à luta política unificada contra o poder burguês e à estratégia socialista.

Para construir essa consciência socialista e elevar o grau de organização e unidade da classe trabalhadora, Lênin propõe a ferramenta fundamental para desenvolver os laços políticos e organizativos: um jornal político nacional, produzido por uma organização revolucionária profissional formada pelos destacamentos mais conscientes da classe.

Esse órgão pode ser entendido como o “andaime” da construção do Partido de vanguarda e da consciência de classe que, mesmo inacabado, estabelece as primeiras estruturas do Partido revolucionário e delineia o formato geral da construção que está por vir.

Em *O Que Fazer?*, Lênin demonstra diretamente a ligação das tarefas revolucionárias de elevação da consciência com o combate ao trabalho artesanal, amador, produzido pelos pequenos círculos locais existentes à sua época. O profissionalismo, para Lênin, não é apenas uma questão de método de trabalho, de maior eficiência das atividades revolucionárias, mas também a expressão direta da necessidade de ligações profundas e de caráter nacional entre cada pequena luta ou trabalho local e a construção da consciência revolucionária em todo o país, sem a qual não há revolução.

Sem um trabalho de conteúdo nacional, profundamente centralizado, não é possível superar os estreitos limites da consciência local, corporativa, de um espaço particular ou de uma categoria e, portanto não é possível colocar o poder político dos trabalhadores, o socialismo, na ordem do dia.

Isso significa dizer que a própria concepção da artesanidade do trabalho da social-democracia não residia apenas em aspectos técnicos da sua capacidade ou não de produzir materiais (panfletos, jornais locais e etc.), mas sim no caráter imediato daquela luta, que se dirigia apenas às de-



mandas locais, e não numa luta política organizada e unificada.

Por isso, também nós hoje, ao trazer estes princípios para nosso tempo, nos colocamos a tarefa de estabelecer um jornal político para todo o país, por mais que hoje existam diversas outras formas de comunicação política (as quais também utilizamos). O jornal, diferente de outras mídias, é um organizador coletivo, que não apenas difunde as ideias, mas permite estabelecer formas de organização presenciais e cotidianas dos trabalhadores, combatendo diretamente através desse esforço tanto o espontaneísmo (culto à luta desorganizada e imediata) como também o localismo, ou seja, a priorização das lutas “particulares” de cada local e não das tarefas fundamentais da classe trabalhadora como um todo, o que também prende os trabalhadores de cada localidade à sua

consciência espontânea, imediata, e prejudica a elevação do grau de organização e unidade da classe.

Em nosso Partido, hoje, um exemplo dos erros destas correntes pode ser encontrado no trabalho do Comitê de Chapecó, em Santa Catarina. Apesar de produzirem um trabalho de disputa através da página local de Instagram, a Chapecó Crítica, os camaradas passaram recentemente a defender a prioridade dos métodos de comunicação audiovisual e da internet frente ao jornal político nacional e a completa autonomia para a página local que, segundo eles, seria “mais avançada” que o trabalho nacional do Partido.

Não contestamos a necessidade de um trabalho sistemático de agitação e propaganda em cada localidade, associando as questões mais candentes na localidade ao programa e aos problemas nacionais. Mas acreditamos que é um erro limitar e priorizar o trabalho partidário à comunicação local, às pautas particulares, o que restringe o trabalho de vanguarda e limita a consciência dos trabalhadores ao especificamente local.

Formas ditas e vendidas como mais “apropriadas” ao nosso tempo, mais bem acabadas para uma sociedade que funciona por meio da rapidez de compartilhamento de informações de vídeos e conteúdos nas redes sociais só serão mais efetivas na medida em que tornarem-se capazes de articular cada problema local à consciência nacional e desenvolver a organização revolucionária nos locais de trabalho no médio e longo prazo, um trabalho que não é linear e terá altos e baixos. Se compartilhamos o entusiasmo com o crescimento do trabalho



Evento de lançamento do livro *O Que Fazer?* Questões candentes do nosso movimento, no Sindicato dos Jornalistas em São Paulo (SP), organizado pelo PCBR e pela UJC. Foto: Jornal O Futuro

político revolucionário em cada local, a lição de *O Que Fazer?* permanece, para nós, profundamente atual: sem sólidos laços nacionais e uma direção ideológica coesa, o trabalho local dos círculos, marcado pelo caráter pessoal de seus esforços, é frágil e oscila com as marés da luta de classes.

No prefácio à edição que publicamos, o camarada Gabriel Lazzari nos esclarece muito bem esses termos:

“A unificação do partido sob um jornal político único para todo o país não era apenas a forma de criar laços entre os diversos grupos, círculos e organizações social-democratas. Lênin, afinal, está partindo do debate sobre a consciência de classe. Para os economicistas, era preciso apenas ir atrás, na “cauda”, do movimento espontâneo, que invariavelmente era local: tratava-se de greves e motins operários, geralmente ligados às condições de trabalho em sua fábrica ou em um conjunto de fábricas em uma mesma cidade. A consciência de classe espontânea refletia esse processo de luta local e criava também, por consequência, numa consciência “localista” nos operários. Os militantes social-democratas tinham desenvolvido diversos jornais locais, em um esforço de iniciar o trabalho de agitação e de propaganda. No entanto, por um lado, esses jornais acabavam, naturalmen-

te, refletindo a luta puramente local e econômica - o que ajudava a manter confinados os trabalhadores em seu conhecimento sobre a situação política de todo o país -, e, por outro lado, desperjavam os esforços necessários, fazendo com que prensas fossem capturadas pela polícia secreta e fechando jornais que, não raramente, não passavam de duas ou três edições. A construção de um único jornal político para o POS-DR era, também, a exortação para que se abandonassem quaisquer jornais locais, privados, de “círculo” e não de Partido.”

Para nós, portanto, *O Que Fazer?* segue apresentando princípios fundamentais de nosso movimento que não estamos dispostos a abandonar. Para os comunistas brasileiros, rebaixar a luta dos trabalhadores aos interesses econômicos mais imediatamente acessíveis, seja às reformas “possíveis” agora, seja aos interesses “de seu local”, limita a consciência dos trabalhadores e não contribui com nossa tarefa estratégica e essencial: a construção de um exército proletário capaz de, em cada luta particular, dar passos decisivos para a conquista do poder do proletariado e a construção do socialismo. Não estamos dispostos a reduzir o escopo de nossas tarefas em nome das conquistas mais imediatas, e acreditamos que o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e nosso Órgão Central, nas mãos do leitor, são hoje as ferramentas fundamentais para rumar nessa direção.

Acompanhe os eventos de lançamento por todo o país em nossas redes sociais e adquira seu exemplar com a militância do PCBR na sua cidade. Em breve também no site emdefesadocomunismo.com.br!

Assinantes do nosso apoia-se com brinde receberam um livro junto à edição de setembro! Assine em apoia.se/jornalofuturo e receba o jornal em sua casa!



Movimento Operário

PL de Tarcísio legitima a concessão e ferroviários de SP ficam sem garantias de realocação

O acordo que resultou no PL 777, aprovado na ALESP, autoriza, sem garantir, a realocação dos trabalhadores em órgãos estaduais. O texto, vendido como vitória pela oposição, legitima a concessão e oferece incerteza aos trabalhadores



Incêndio destruiu trem da Linha 12-Safira poucos dias após a transferência da operação para a Trivia Trens. Foto: Metrôpoles/Reprodução



Assembleia que confirmou a greve dos ferroviários, no dia 3 de agosto, na sede do sindicato. Foto: Jornal O Futuro

A greve dos ferroviários das Linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade da CPTM, encerrada após audiência no Tribunal Regional do Trabalho, foi a aguda expressão da ofensiva do capital contra o transporte público, convertido em fronteira de acumulação capitalista. O acordo que resultou no PL 777/2026, aprovado na ALESP em 18 de agosto, autoriza, sem garantir, a realocação dos trabalhadores em órgãos estaduais. A inclusão da Linha 10, ainda estatal, sinaliza que os interesses privatistas não cessaram. O texto, vendido como vitória pela oposição institucional, legitima a concessão e oferece aos trabalhadores a incerteza como prêmio.

A ofensiva burguesa encampada em São Paulo pelo governo Tarcísio emprega seu programa às claras. Sob sua gestão, a CPTM foi fatiada e entregue à iniciativa privada. A concessionária Trivia Trens assumiu as linhas 11, 12 e 13, inaugurando um ciclo de degradação operacional. Falhas de sinalização, intervalos irregulares, superlotação e, em 23 de julho, um incêndio causado por curto-circuito no pantógrafo, nas proximidades do Brás, completaram o quadro de degradação. O episódio, ocorrido dias após a transferência, anunciou o descalço do capital com a segurança e a vida dos trabalhadores e usuários. A resposta de Tarcísio foi devolver temporariamente a gestão à CPTM por 90 dias, prazo que expira após as eleições. A medida eleitoral não reverte a privatização, apenas suspende a operação privada para conter o desgaste, mantendo intactos os contratos que asseguram lucro ao capital financeiro.

Desde a assembleia realizada em 24 de julho, os ferroviários vi-

nham denunciando que a retomada temporária da operação pela CPTM durante 90 dias não alterava o caráter privatista da política do governo estadual. A categoria avalia que essa medida serviu somente para conter a crise na opinião pública provocada pelas sucessivas falhas da concessionária. Já naquele momento os trabalhadores apontaram que o caminho para a melhoria dos transportes públicos perpassa a reestatização imediata dos serviços da CPTM. A denúncia era precisa ao expor que a gestão emergencial imposta após o incêndio tratava de mascarar os reais interesses privatistas do governo Tarcísio. Com a CPTM à frente da operação, reduzem-se as falhas, evitam-se crises e pavimentam-se o caminho da reeleição. Contra isso, os ferroviários defenderam uma campanha de agitação consistente, unificando trabalhadores e usuários em defesa de um transporte que sirva aos interesses da população, e não do capital.

Essa investida de Tarcísio se insere na conjuntura nacional de avanço das concessões e privatizações, que atravessa governos de diferentes posições políticas, do âmbito federal ao estadual. O transporte público tornou-se alvo privilegiado porque, numa economia dependente e de mercados saturados, o capital excedente não encontra escoadouro produtivo. Nas economias dependentes latino-americanas, onde a acumulação produtiva é limitada pela drenagem de valor para os centros imperialistas, as privatizações funcionam como mecanismo de apropriação direta do fundo público e da renda dos trabalhadores, amplificando o cenário de superexploração da força de trabalho, sem necessidade de in-

vestimento em expansão real da infraestrutura. O capital monopolista, impossibilitado de valorizar-se produtivamente, lança-se sobre os serviços públicos como parasita. Extrai lucro via tarifas, subsídios estatais e arrocho salarial, enquanto deteriora as condições de operação. Os olhos da burguesia, portanto, voltam-se aos serviços de transportes estatais das capitais de todo o país.

Foi contra essa lógica que os ferroviários se levantaram. A greve de agosto de 2026 não foi um raio em céu azul. Ela foi precedida por assembleias, paralisações, ocupações de estações e uma crescente disposição de luta que surpreendeu a burocracia sindical. Os trabalhadores perceberam que a privatização não significa apenas mudança de patrão, mas uma aceleração do ritmo de trabalho, redução de efetivos, terceirizações, ataques a direitos e a ameaça permanente de demissão. A mobilização ganhou força após o incêndio, que expôs a irresponsabilidade da Trivia e do governo. A categoria, em estado de greve, impôs uma derrota parcial ao governo, o recuo temporário de 90 dias e a promessa de absorção. A direção sindical, atrelada à conciliação de classes, conduziu a luta para o beco sem saída do parlamento.

O PL 777/2026 tramitou em regime de urgência. As emendas de Guilherme Cortez (PSOL) e outros parlamentares – que buscavam absorção obrigatória dos trabalhadores, critérios objetivos e preservação salarial – foram rejeitadas em bloco pela bancada governista. O texto final entrega ao Executivo a prerrogativa discricionária de realocar, sem prazos, sem critérios e sem proteção contra demissões. A oposição institucional vendeu a ma-

nobra como vitória, repetindo o papel histórico de desmobilizar a classe. A burocracia sindical, ao apostar na negociação e no projeto de lei, contribuiu para esvaziar as assembleias. As reivindicações centrais de reestatização imediata, reintegração dos demitidos e revogação dos contratos de concessão foram trocadas pela esperança no inimigo.

Alição é a de que o Estado burguês, mesmo quando concede migalhas, o faz para preservar a ordem do capital. O PL e o recuo temporário são táticas de gestão da crise, válvulas de escape para conter a pressão operária até as eleições. A experiência dos ferroviários demonstra que cada conquista parcial obtida pela via institucional é revertida ou esvaziada assim que a conjuntura eleitoral se encerra. O que está em jogo não é apenas a manutenção de postos de trabalho, mas o controle social sobre um serviço essencial que, sob o controle do capital, converte-se em instrumento de opressão.

A verdadeira saída está na organização de base, no fortalecimento de um sindicato combativo, independente da burocracia e do Estado. É preciso retomar a greve como arma política, articular a pauta ferroviária às demais categorias do funcionalismo e aos movimentos populares que sofrem diariamente com o transporte caro e precário. A luta não pode ser terceirizada a deputados, nem a acordos de gabinete. Somente a reestatização integral do sistema, sob controle direto dos trabalhadores e das comunidades, pode garantir um transporte público a serviço da maioria, e não do capital. A greve de agosto demonstrou que a classe tem força; o desafio é organizá-la em seus instrumentos de luta.

Movimento Operário

Telemarketing em luta: como surgiu a oposição sindical no Ceará

A luta contra um acordo rebaixado na AlmaViva abriu caminho para a organização classista dos teleoperadores no Ceará

Por João Lucas

No 1º de julho, em Fortaleza, foi iniciada a organização de um movimento de oposição sindical de teleoperadores, em resposta à postura da direção do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing do Estado do Ceará (SINTRATEL) que aceitou a proposta rebaixada de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) da AlmaViva Experience, que não pagava o retroativo integral. Os teleoperadores estavam, desde o início do ano, recebendo o salário mínimo de 2025, ou seja, R\$ 1.518,00.

As agitações denunciando a superexploração na empresa vieram sendo realizadas, em Fortaleza, desde 2025, com a criação do Comitê de Luta pelo Fim da 6x1. Seguindo a tática de organizar comitês amplos para a redução da jornada, frente ao silêncio das centrais sindicais e à burocratização do VAT (Vida Além do Trabalho), a militância do PCBR no Ceará impulsionou o comitê para aglutinar trabalhadores e forças políticas comprometidas com a tática da luta de massas na luta pelo fim da escala 6x1.

Apesar de ter sido criado em novembro de 2024, foi em agosto de 2025 que o comitê colocou em prática a agitação constante nas empresas de teleoperações. O telemarketing é considerado, na tática dos comunistas do PCBR, um setor estratégico do proletariado, vista a sua influência político-econômica no funcionamento da economia capitalista. Em 2024, o Ceará tinha 24.884 empregos formais em teleatendimento, segundo a RAIS, concentrando quase 2% da força de trabalho formal cearense.

A partir do direcionamento à categoria dos teleoperadores, a agitação, especialmente na AlmaViva, empresa que concentra muitos operários em uma unidade próxima ao North Shopping Jôquei, começou a resultar em relatos e denúncias das condições de exploração e abuso. Isso revelou a confiança crescente dos trabalhadores, construída inicialmente nas agitações recorrentes pela redução da jornada, e dezenas deles começaram a construir o comitê.

Organizando panfletagens e vendas do jornal na porta das empresas, fomos conquistando a confiança da categoria e apresentando nossas posições. Entretanto, a organização dos teleoperadores pelo comitê, devido seu caráter amplo, foi perdendo efetividade à medida que crescia a inserção na categoria. A burocracia das centrais sindicais, ao renegar a luta de massas em benefício de uma luta exclusivamente parlamentar, também contribuiu para o esfriamento da luta nos locais de trabalho e da atuação do comitê.

Em julho deste ano, trabalhadores da AlmaViva passaram a denunciar, pelas redes sociais, o ACT proposto pela patronal e aceito pelo SINTRATEL. Aproveitando o trabalho iniciado pelo comitê, o PCBR procurou esses trabalhadores para transformar as denúncias em matérias para o Jornal O Futuro, amplificando a agitação já existente, e organizá-las em um programa de reivindicações para a campanha salarial.

Em oposição ao ACT, defendemos reajuste de 10% dos salários, pagamento do retroativo integral e redução da jornada para 30h semanais. Aglutinamos essa luta para formar Oposição Sindical, o Telemarketing Em Luta (TEL), organizando trabalhadores em torno de uma política classista, denunciando a linha da atual diretoria do SINTRATEL e defendendo a retomada do sindicato para uma política classista, transformando o sindicato em um instrumento real de organização e luta da categoria.

Em resposta à ausência geral de espaços de democracia operária para a organização das lutas – um problema que não é enfrentado apenas pelos teleoperadores em Fortaleza –, a construção da oposição à atual diretoria se mostra como tática válida para disputar os rumos da luta de classes em cada frente de trabalho, agitando e propagandeando o programa socialista, medindo os ânimos e dificuldades dos trabalhadores e formulando soluções imediatas para os problemas cotidianos que apontem para a organização da luta política do proletariado.

Política

Clube de Leitura Feminista Marxista debate obra de Clara Zetkin em Brasília

O Clube de Leitura Feminista Marxista Heleieth Saffioti realizará seu próximo encontro no dia 29 de agosto, em Brasília (DF), dedicado ao debate da organização comunista das mulheres a partir dos textos de Clara Zetkin, autora que foi representante alemã no Comitê Executivo da Internacional Comunista e secretária-geral do Secretariado Internacional das Mulheres.

O encontro ocorrerá no auditório da FENAJUFE, localizado no Setor Comercial Sul, a partir das 14h, e debaterá os textos “Organizando as mulheres trabalhadoras”, “Diretrizes para o movimento comunista feminino” e “Relatório sobre o movimento das mulheres comunistas”. A atividade é aberta a todas e todos os interessados.

Iniciado em janeiro, o Clube de Leitura Heleieth Saffioti ocorre mensalmente e se dedica à leitura e ao debate crítico de obras de autoras feministas, reunindo mulheres trabalhadoras e demais interessados na emancipação humana. A proposta do clube é promover trocas a partir do feminismo marxista, compreendendo a luta das mulheres como inseparável da superação do sistema capitalista. Segundo as organizadoras, o espaço busca fortalecer a compreensão crítica da realidade das trabalhadoras, sejam elas do mercado formal ou do trabalho doméstico.

Esta é uma iniciativa de propaganda fundamental para resgatar as contribuições teóricas das autoras clássicas do feminismo marxista. Mais do que tomá-las como personagens da história, congeladas no tempo, nossa tarefa ao longo dos encontros é avaliar criticamente o legado teórico de autoras ligadas historicamente à luta revolucionária da classe trabalhadora. Assim, fazemos frente às tendências do pensamento feminista que separam a relevância histórica dessas lutadoras de suas conclusões teóricas, indissociáveis da prática política.

Os debates têm convergido para o reconhecimento da atualidade das formulações do feminismo marxista, sobretudo no que diz respeito à indissociabilidade entre a emancipação das mulheres e a conquista do poder pela classe trabalhadora. Em tempos de ofensiva reacionária contra os direitos conquistados pelas mulheres, assumimos a tarefa fundamental de forjar as armas da crítica capazes de ofe-

recer um real contraponto ao projeto burguês de dominação sobre as mulheres.

Ao longo dos encontros avançamos, por exemplo, na compreensão das determinações econômicas da opressão feminina, apresentando a forma como o capitalismo por um lado depende da manutenção do patriarcado para aumentar a exploração da força de trabalho das mulheres operárias, enquanto as impõe, através da família, uma dupla jornada de trabalho. Debates criticamente as diferentes soluções defendidas para a questão da reprodução da força de trabalho, fazendo um resgate histórico da robusta estatização e coletivização do trabalho “doméstico” operadas pela revolução bolchevique, reforçando a centralidade da participação das mulheres não só na luta pela garantia de direitos formais – que ainda hoje são objeto de ataques por parte da burguesia – mas sobretudo na luta pela revolução socialista.

O feminismo marxista constitui, para toda a classe trabalhadora, uma ferramenta indispensável na luta de classes e, consequentemente, no combate ao patriarcado. Por meio dele, aprofunda-se a compreensão de como a exploração da força de trabalho no capitalismo depende da divisão sexual do trabalho para sua reprodução, assim como do papel da organização familiar e da propriedade privada na imposição de funções sociais que se interseccionam e se reforçam mutuamente, como os papéis de mãe, esposa, cuidadora e operária.

Para além de uma suposta “natureza” dos papéis historicamente desempenhados por homens e mulheres, o feminismo marxista nos dá as ferramentas necessárias para o desenvolvimento de uma síntese que aponte os caminhos reais de superação da opressão patriarcal. A compreensão dessa relação, aliada à organização política das mulheres trabalhadoras, em especial no Partido Comunista, constitui o pontapé fundamental para de fato subverter as engrenagens que sustentam a condição de submissão e inferioridade da mulher na sociedade de classes.

Ao todo, serão 13 encontros mensais, geralmente no último sábado de cada mês. Entre as autoras que compõem o programa estão Angela Davis, Alexandra Kollontai, Clara Zetkin e Heleieth Saffioti, socióloga brasileira que dá nome ao clube.



Conheça o movimento de oposição sindical dos trabalhadores de telemarketing do Ceará

Para construir conosco entre contato com
@telemarketingemluta.ce no Instagram!

Movimento Operário

Paralisação dos bancários após uma década sem greve

A campanha ocorre depois de uma década sem uma greve nacional unificada. Em 2025, os bancos acumularam R\$ 171 bilhões em lucro líquido, enquanto os bancários seguem submetidos à intensificação do trabalho e à precarização

Por Rhuan Maciel

A campanha salarial dos bancários de 2026 recolocou uma questão que ultrapassa a própria categoria: o que transforma uma pauta de reivindicações em força capaz de arrancar conquistas? A resposta não está na disposição dos banqueiros em reconhecer as necessidades dos trabalhadores, mas na capacidade de organizar a categoria, ampliar sua participação e fazer da mobilização o elemento que determina os rumos da negociação.

A campanha ocorre depois de uma década sem uma greve nacional unificada e em meio ao aprofundamento da exploração no setor. Os bancos acumulam lucros bilionários, enquanto os trabalhadores convivem com metas, fechamento de agências, reestruturações, descomissionamentos, demissões, adoecimento e perda de poder de compra. Em 2025, os bancos acumularam R\$ 171 bilhões em lucro líquido e cerca de R\$ 1,2 trilhão em patrimônio líquido, enquanto os bancários seguem submetidos à intensificação do trabalho e à precarização.

Ao longo das diversas mesas de negociação, tanto da Fenaban, responsável pela Convenção Coletiva de toda a categoria, quanto dos bancos, nas negociações específicas de cada empresa, os banqueiros recorreram a negativas, adiamentos e propostas rebaixadas. Em diferentes momentos, chegaram às mesas sem oferecer respostas concretas às reivindicações dos trabalhadores ou apresentaram alternativas que preservam seus interesses e transferem para a categoria o peso das perdas. Um exemplo foi a tentativa de estabelecer reajustes diferenciados por faixas salariais, acompanhada do congelamento do piso de ingresso.

Se a postura dos banqueiros não surpreende, também é possível identificar um padrão na resposta que o Comando Nacional apresentou diante dela. Ao longo da campanha, tornou-se recorrente a expectativa de que a próxima mesa seja diferente: espera-se que os bancos compareçam dispostos a negociar ou que revejam sua postura diante das reivindicações da categoria.

Em uma das rodadas, por exemplo, a avaliação divulgada pela direção sindical reconhecia a ausência de avanços e manifestou a expecta-



Ato dos bancários em frente ao Edifício Sede Querência da CEF em Porto Alegre na paralisação do dia 20 de agosto. Foto: Jornal O Futuro.

tativa de que, na semana seguinte, os banqueiros mudassem de postura.

Quando cada rodada termina com a expectativa de que a próxima será diferente, a iniciativa permanece nas mãos da patronal, que ganha tempo enquanto os trabalhadores aguardam. A questão, portanto, não é descobrir quando os banqueiros estarão finalmente dispostos a negociar, mas construir uma correlação de forças que torne necessário, para os próprios bancos, atender às reivindicações dos trabalhadores.

Foi nesse contexto que a paralisação nacional de 20 de agosto adquiriu particular importância. Diante da ausência de avanços e da tentativa de dividir a categoria nas propostas apresentadas, bancários de diferentes regiões do país paralisaram suas atividades por 24 horas. A mobilização teve ampla repercussão e demonstrou que ainda existe capacidade de construir uma resposta coletiva em escala nacional. Mais importante do que seu resultado imediato nas negociações, a paralisação recolocou em evidência aquilo que nenhuma mesa pode produzir sozinha: a capacidade dos trabalhadores de interromper coletivamente o processo de trabalho e pressionar os patrões.

A própria experiência recente dos bancários permite observar o caminho para realizar o enfrentamento. As mobilizações construídas em determinadas bases oferecem elementos concretos para pensar como o descontentamento pode ser transformado em organização e como experiências locais podem contribuir, ou não, para a construção de uma força nacional.

A experiência da Bahia em 2024 é um dos exemplos mais im-

portantes. Diante da resistência dos banqueiros, a base baiana decidiu pela greve mesmo sob a atuação contrária da direção sindical, que realizou sucessivas assembleias para tentar aprovar o acordo e, depois de aprovada a paralisação, voltou a convocar a categoria para discutir sua continuidade, até que o movimento perdesse força. Ainda assim, os trabalhadores chegaram a realizar uma greve com forte adesão em diferentes locais, demonstrando que a disposição de luta não estava ausente.

Ao mesmo tempo, a experiência revelou os limites de uma mobilização que não encontra articulação nacional. Enquanto a Bahia resistia, outras bases importantes aceitaram o acordo, e a parcela da categoria que havia rejeitado a proposta não encontrou, na condução nacional da campanha, uma política capaz de unificar essas experiências.

A campanha de 2026 encontra a Bahia depois dessa experiência. A derrota anterior deixou marcas e dificultou a construção, mas não eliminou a militância nem a disposição de construir uma alternativa. Ao contrário, o trabalho de oposição continuou buscando se enraizar nos locais de trabalho e reorganizar os bancários a partir da experiência acumulada, o que gerou e está gerando frutos positivos de mobilização na localidade.

Essa reação mostra que uma derrota não necessariamente produz desmobilização, mas pode também servir como ponto de partida para compreender os limites, erros e acertos, apontando para o caminho correto.

O Distrito Federal apresenta outra experiência importante. Depois de uma disputa eleitoral que

deu à Alternativa Bancária DF 2.545 votos, aproximadamente um terço dos votos, a oposição continuou a se consolidar como uma força real no movimento sindical bancário. O aspecto mais significativo, porém, não está apenas no resultado eleitoral, mas no trabalho desenvolvido antes e depois dele: panfletagens, plenárias, produção de materiais, participação nas atividades sindicais e presença permanente junto à categoria.

O que diferencia essa experiência é a continuidade. Uma oposição que aparece apenas durante as eleições pode disputar uma direção, mas uma oposição que permanece nos locais de trabalho pode construir uma força organizada. O trabalho desenvolvido no DF mostra que não existe solução mágica para a crise do sindicalismo e que é necessário acumular forças, formar militantes, dialogar com os problemas concretos da categoria e apresentar um horizonte que permita aos trabalhadores compreender que suas dificuldades individuais possuem causas comuns e podem ser enfrentadas coletivamente.

As experiências apontam, apesar de suas diferenças, para uma mesma conclusão: não existe atalho para reconstruir a capacidade de luta dos trabalhadores. É preciso fazer dos locais de trabalho o centro da organização, transformar assembleias em espaços efetivos de decisão, construir organizações permanentes da base e articular as lutas locais em uma mobilização nacional. A negociação deve expressar a mobilização, e não substituí-la.

Não basta denunciar a atuação da direção majoritária ou esperar que uma nova campanha produza espontaneamente uma mobilização diferente. É preciso demonstrar, na prática, que a atual política sindical não é inevitável e que os próprios trabalhadores podem tomar em suas mãos a condução de suas lutas. Esse trabalho não termina com o encerramento da campanha salarial. Em qualquer cenário, permanece a mesma tarefa: construir uma categoria capaz de participar conscientemente de suas lutas, decidir seus rumos e impor aos bancos, pela ação coletiva, aquilo que eles nunca concederão por iniciativa própria. É esse o caminho para transformar reivindicações em conquistas e experiências locais em organização nacional.



QUER SE ORGANIZAR COM O PCBR E A UJC?

O PCBR e a UJC têm reafirmado a necessidade da reconstrução revolucionária do movimento comunista no Brasil. Com a finalização do nosso congresso, pretendemos avançar na organização e nas lutas da classe trabalhadora em todo o território nacional.

Frente a um capitalismo que, a cada dia, explora mais, oprime, devasta o meio ambiente e avança na política neoliberal e na retirada de direitos, nossa saída e resposta devem ser apenas uma: a organização da nossa luta e a revolução socialista!

Se você tem interesse em construir essa luta, junte-se às nossas fileiras!

Preencha o formulário através do QR Code:



Caderno de Juventude

Esvaziamento do 11 de agosto demonstra descolamento das lutas nas bases

No dia do estudante, as principais entidades estudantis do país abandonaram as mobilizações nas bases para sequestrar a data comemorativa para o palanque eleitoral

Por Bianca Mondeja, diretora de políticas educacionais da UNE

Este 11 de agosto, data histórica da luta dos estudantes, escancarou as contradições do movimento estudantil brasileiro. Sob o mote convocado pela União Nacional dos Estudantes “Bolsonaro nunca mais! Por soberania, educação e fim da escala 6x1!”, as ruas esvaziadas revelaram o descolamento das principais entidades estudantis, sob direção política do campo democrático popular, das lutas construídas nas bases.

No primeiro semestre de 2026, eclodiram processos de luta nas universidades de todo o país. Apesar da centralidade em São Paulo, onde os DCEs das três estaduais protagonizaram greve estudantil, mobilizações despontaram em todas as regiões: na UFU, contra a falta de segurança no campus; na UFRJ e na UFRGS, por melhores condições de alimentação; na UFAC, em greve contra a precarização do transporte.

Apesar das particularidades, esses processos expressam uma dinâmica comum com o avanço das políticas de austeridade aprofundando as contradições entre con-

dições de permanência, redução orçamentária e avanço do capital privado. Nas federais, isso se expressa na fragilidade decorrente do Arcabouço Fiscal. Para cumprir suas regras e acalmar os banqueiros, o governo federal congelou R\$ 17,9 bilhões do orçamento nacional. Desse total, o MEC teve R\$ 1,6 bilhão travado de imediato — dinheiro que deveria ir para manutenção básica. Um estudo do Senado aponta ainda um rombo de R\$ 13,8 bilhões para custear água, luz, bolsas e serviços terceirizados até o fim do ano. Nas estaduais, a austeridade também se expressa em cortes e contingenciamentos, sob a lógica da “sustentabilidade econômica”.

Enquanto as universidades públicas amargam esses cortes, as grandes empresas avançam sobre o ensino superior. Abrem-se portas ao capital privado por meio da entrega de serviços essenciais — limpeza, segurança, restaurantes — a terceirizadas que superexploram trabalhadores; do controle de pesquisas via Fundações de Apoio, que usam laboratórios públicos para gerar patentes e lucros particulares; e da entrada de bancos e

corporações na gestão de fundos patrimoniais. Quem paga são os estudantes com bolsas esmagadas pela inflação, moradias sucateadas, filas quilométricas nos restaurantes por falta de funcionários e insumos.

Ainda assim, esses processos demonstraram que, apesar do refluxo, há disposição de luta e enfrentamento aos ataques à educação. Nesse sentido, a posição da UJC foi apontar a necessidade de unificar nacionalmente essas lutas sob a bandeira que as une: o combate à austeridade. Uma jornada nacional, com o 11 de Agosto como pontapé, seria capaz de elevar os processos locais a um novo patamar de enfrentamento direto a esse projeto.

No entanto, a posição adotada pelo campo vinculado ao governo nas principais entidades foi abandonar qualquer perspectiva de unificação e colocar o movimento à reboque da agenda eleitoral. Essa diferença se expressou também no mote escolhido, que recuou diante das contradições reais do movimento estudantil. “Bolsonaro nunca mais” sem apresentar uma estratégia de combate à extrema-direita para além da derrota eleitoral de uma

de suas expressões; “por soberania” sem apontar quais interesses econômicos e políticos subordinam o país; “por educação” sem enfrentar a política de austeridade que restringe o orçamento das universidades.

Ainda há um caminho a percorrer, sobretudo pelas organizações de juventude que se opõem a esse projeto que deixa para depois — ou para nunca — a luta contra a austeridade, para organizar efetivamente os estudantes e apresentar uma alternativa. É um erro propor que os estudantes deixem de criticar o governo federal só porque estamos em período eleitoral, como fez o Movimento Juntos (PSOL). É um erro concentrar manifestações apenas com entidades próximas a uma força política, sem dialogar com o conjunto do movimento, como fez o Correnteza, da Unidade Popular. Construir uma resposta unificada demanda disputar o conteúdo e o sentido da luta de cada estudante, em cada universidade, generalizando as lutas locais em uma jornada nacional de enfrentamento à austeridade, construindo bases sólidas para disputar uma outra forma de educação e de sociedade.

Greve dos estudantes da UFAC denunciou precarização e descaso com o transporte público

A crise do transporte público de Rio Branco é o desdobramento de um cenário de descaso que se mantém há anos. A greve foi aprovada por unanimidade depois do completo colapso do transporte público municipal

No dia 9 de julho os estudantes da Universidade Federal do Acre deliberaram por greve, reivindicando melhores condições para o transporte público municipal. A greve foi aprovada por unanimidade depois do completo colapso do transporte público municipal que, de uma frota já insuficiente de 94 ônibus, passou a operar com apenas 39 veículos após decisão judicial de apreensão de parte da frota por dívidas da empresa responsável pelo modal de transporte em Rio Branco, afetando diretamente toda a população.

Diversos bairros foram afetados e linhas passaram a ter intervalos superiores a duas horas entre um ônibus e outro. Segundo a prefeitura de Rio Branco, a transição para a nova empresa que assumirá a operação tem o prazo de até 60 dias para a transição, o que prolongaria a atual situação de aprofundamento da precariedade do serviço por mais de dois meses.

As manifestações dos estudantes tomaram as ruas da cidade de Rio Branco, denunciando a precarização do transporte público e exigindo o cumprimento da ordem judicial que deveria garantir a circulação de, no mínimo, 100 ônibus na capital acreana. No dia 13 de julho, em mani-

festação frente à prefeitura, os estudantes foram fortemente agredidos pela Polícia Militar, que mais uma vez demonstra seu papel em reprimir qualquer manifestação que carregue os interesses da população.

Nos dias seguintes aos primeiros atos, as denúncias dos estudantes jogaram luz também sobre a demora da prefeitura em garantir que o número mínimo de ônibus retornasse às ruas e sobre a multa irrisória, de R\$ 10 mil reais por dia, aplicada pelo judiciário em caso de descumprimento da retomada em um prazo de 5 dias.

No dia 17 de junho, a empresa Ricco Transportes e Turismo declara o fim de suas operações na cidade de Rio Branco. No dia 30 do mesmo mês, 50 de seus veículos foram apreendidos pelo Tribunal de Justiça do Acre (TJ-AC) por conta de uma dívida de R\$ 3 milhões. A frota mínima da capital acreana, já insuficiente, passa de 94 para 39 ônibus, impactando diretamente a vida cotidiana de todos os trabalhadores e estudantes que dependem do transporte público. Além de toda essa situação, a nova empresa responsável pela frota de ônibus assumiria apenas no dia 1 de setembro, de forma que a população ficaria mais de um

mês e meio sem transporte público.

A crise do transporte público de Rio Branco é o desdobramento de um cenário de descaso que se mantém há anos. A empresa Ricco assumiu a frota de ônibus do transporte público em 2022, no contexto de volta da pandemia. Desde então, a Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito (RBTrans) de Rio Branco nunca abriu um processo regular de licitação, optando por “contratos emergenciais” sucessivamente renovados com a mesma empresa.

A greve dos estudantes e a postura da prefeitura municipal demonstram que a crise do transporte não é pontual, e não pode ser resolvida com a troca da empresa, dos contratos e licitações. Independente dos termos do contrato ou de qual empresa que irá assumir, a origem do problema está na privatização do transporte público, um direito de toda a população. A denúncia da mobilização dos estudantes aponta que, uma vez privatizado, o transporte público deixa de ter seu objetivo voltado a serviço da população, e passa a ter como métrica essencial o lucro das empresas.

No primeiro semestre de 2026, foram diversas as demonstrações de que a juventude no Brasil

não apenas reconhece, mas está disposta a lutar contra os ataques aos direitos dos trabalhadores e toda a população. Desde diversas mobilizações iniciais nas universidades federais, até a greve das universidades estaduais de São Paulo. No cerne da questão, temos os interesses da burguesia avançando contra os direitos da população com o objetivo de maximizar seus lucros, ao mercantilizar os serviços públicos.

A reivindicação da greve estudantil, que durou 26 dias, carrega também os interesses dos trabalhadores e de toda a população prejudicada pela situação. A greve, assim como as manifestações ocorridas em seu curso, serviram não apenas para forçar um calendário mais acelerado de retomada do serviço de transportes. A ação estudantil serviu também como polo aglutinador de lutas na universidade, além de jogar força na agitação do tema da estatização dos transportes de massa em um momento de discussão do passe livre e da gratuidade dos transportes públicos a nível nacional. A mobilização deu provas práticas do papel que o movimento estudantil pode cumprir no auxílio à generalização de lutas que afetam toda a classe trabalhadora.

Política

Violência doméstica avança contra mulheres e crianças no Brasil

20º Anuário Brasileiro de Segurança Pública revela queda das mortes violentas, mas aumento dos feminicídios, da violência doméstica e de diversos crimes contra crianças e adolescentes

Por João Oliveira

O Brasil encerrou 2025 com uma contradição nas estatísticas de segurança pública. Enquanto alguns indicadores de violência letal e patrimonial diminuíram, crimes praticados no interior das relações domésticas e familiares permaneceram elevados ou cresceram. O 20º Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostra que as mortes violentas intencionais caíram 8,2% em relação a 2024, chegando a 40.775 vítimas, a menor taxa da série histórica iniciada em 2012. Homicídios dolosos caíram 10% e latrocínios, 17%.

Ao mesmo tempo, cresceram feminicídios, tentativas de feminicídio, violência psicológica, stalking, descumprimento de medidas protetivas, maus-tratos, abandono de incapaz e lesões corporais em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes. A redução dos homicídios não significa que as condições sociais que produzem a violência estejam sendo superadas.

Em 2025, foram registrados 1.571 feminicídios, 4% acima do ano anterior e o maior número da série histórica. Em 62,5% dos casos, as mulheres foram assassinadas dentro da própria residência. Entre os casos com autoria identificada, 96,4% foram cometidos por homens e 60,9% por parceiros íntimos. Mulheres negras representaram 65,1% das vítimas. As tentativas de feminicídio cresceram 5,9%, chegando a 4.189 casos.

Os registros policiais dependem de denúncia e identificação, mas evidenciam a centralidade da violência doméstica. Mulheres negras e trabalhadoras estão particularmente expostas, e a dependência econômica dificulta a ruptura com relações violentas.

Em 2025, foram registradas 38.986 vítimas de maus-tratos, um aumento de 14,6% em um ano e de 106,1% em relação a 2021. Quase 60% tinham entre zero e nove anos. Também cresceram as lesões corporais dolosas em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes, chegando a 21.811 casos, e o abandono de incapaz, com 14.815 registros.

Foram registrados ainda 84.388 casos de estupro e estupro de vulnerável, com 77% das vítimas sendo menores de 14 anos. As meninas representaram 87,8% das vítimas e as pessoas negras, 57,1%. Entre vítimas de zero a treze anos, 59,2% dos



Ato do 8 de março em Curitiba. Foto: Franchesco Fioravanzo/Jornal O Futuro.

agressores eram familiares.

Diante desses números, é tentador explicar a violência apenas pelo comportamento individual do agressor ou por uma suposta “família problemática”. Essa leitura identifica autores, mas não explica por que determinadas violências se reproduzem.

A família não é, por natureza, um espaço de violência; também é espaço de solidariedade, afeto e proteção. O problema está em uma sociedade na qual grande parte do trabalho necessário à reprodução da vida é realizada privadamente nos domicílios, de maneira desigual e invisibilizada.

Quando baixos salários, desemprego, informalidade, jornadas extensas, ausência de creches e insuficiência dos serviços públicos se combinam, a autonomia das mulheres se torna mais difícil na concretude da família nuclear burguesa, o tipo específico de núcleo familiar conformado historicamente no modo de produção capitalista. A dependência econômica não produz automaticamente a violência, mas pode ampliar o poder material do agressor e dificultar a ruptura com relações violentas. Por isso, combater a violência doméstica exige também enfrentar a dependência econômica das mulheres trabalhadoras.

A mesma questão aparece na infância e adolescência. Alimentação, moradia, saúde, educação, cuidado e proteção são condições materiais para o desenvolvimento. Quando o provimento dessas necessidades é legado apenas a famílias empobrecidas, produz-se uma sobrecarga que não pode ser explicada apenas pela irresponsabilidade individual. Isso não relativiza maus-tratos ou abusos: quem pra-

tica violência deve ser responsabilizado. Mas a proteção integral exige condições sociais para ser realizada. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabeleceu direitos fundamentais, porém direitos formais não garantem, por si mesmos, condições concretas de existência. São necessárias escolas, saúde, assistência social, alimentação, moradia e espaços de convivência.

Dez anos da Lei do Feminicídio e os limites do punitivismo

A experiência dos últimos anos questiona a ideia de que o endurecimento penal, isoladamente, seja suficiente. A tipificação do feminicídio, em 2015, pode ser considerada um avanço, mas em 2025 o país terminou o ano com o maior número de feminicídios da série histórica.

Mulheres e crianças vítimas de violência precisam de proteção imediata, e agressores devem ser responsabilizados. Mas punição e prevenção não são sinônimos. Nenhuma pena modifica a dependência econômica, cria creches, garante moradia ou universaliza o acesso à saúde e à assistência social.

O punitivismo aparece quando expressões da questão social são transformadas em problemas exclusivamente policiais, ampliando penas e mecanismos de controle pouco eficientes enquanto as condições que dificultam a autonomia das vítimas permanecem intactas.

Enfrentar a violência exige combinar a proteção imediata, através de medidas pedagógicas e coercitivas aplicadas por toda a comunidade, com a transformação das condições materiais impostas pelo capitalismo que restringem a auto-

nomia da classe trabalhadora.

Isso significa defender políticas públicas universais; ampliar creches, lavanderias e restaurantes públicos; fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS); garantir acolhimento e moradia para pessoas em situação de violência; políticas de emprego e renda; moradia digna e mecanismos efetivos de proteção.

Significa também disputar o tempo de trabalho. A escala 6x1 e as jornadas extensas não são apenas problemas trabalhistas: a falta de tempo para cuidar, descansar e conviver faz parte da precarização das condições de reprodução social. Por isso, a redução da jornada para 30 horas semanais em escala 4x3, o aumento dos salários e a criação de serviços públicos capazes de socializar parte do trabalho doméstico e de cuidado devem ser compreendidos como medidas concretas contra relações de dependência econômica.

Nesse sentido, o combate à violência doméstica demanda políticas que envolvam integralmente todo o ambiente e a comunidade. O fortalecimento do aparato policial e de orçamentos bilionários não vem sendo um caminho efetivo para combater a violência. Na realidade, quanto maior o envolvimento de todos os trabalhadores da comunidade na segurança, e especialmente na proteção das mulheres e crianças, mais será possível responsabilizar os agressores e combater, de fato, a violência.

O 20º Anuário não permite afirmar simplesmente que o Brasil está “mais” ou “menos” violento, mas demonstra que diferentes formas de violência possuem dinâmicas distintas. Enquanto homicídios e roubos diminuíram, feminicídios, violência psicológica, stalking e crimes contra crianças e adolescentes cresceram.

É preciso enfrentar simultaneamente a violência, a exploração, o racismo, a desigualdade de gênero, a precarização do trabalho e o desmonte das políticas sociais. A defesa da vida não pode ser separada da luta pelas condições materiais para vivê-la com autonomia. É nessa disputa – por tempo, renda, moradia, educação, saúde, cuidado e proteção – que o combate à violência integra a luta da classe trabalhadora por sua emancipação.

Assine nossa campanha de financiamento em apoia.se/jornalofuturo ou pelo QRcode e receba o jornal em sua casa mensalmente



Para colaborar através do PIX utilize o QRcode a seguir ou através da chave: contato@jornalofuturo.com.br

